

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CLUBES

CONVÊNIO Nº 14, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CLUBES E CÍRCULO MILITAR DO PARANÁ

A **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CLUBES/CBC**, inscrita no CNPJ sob nº 001728490001-42, com sede na Rua Açaí, n. 566, Campinas, São Paulo, doravante denominada **CONCEDENTE**, neste ato representada por seu presidente, o Senhor Jair Alfredo Pereira, brasileiro, casado, portador do RG n. 462046-1 e inscrito no CPF sob o n. 006.061.039-53 e por seu Diretor de Formação de Atletas Olímpicos e Paraolímpicos, o Senhor Fernando Manuel de Matos Cruz, brasileiro, casado, portador do RG n. 200.237.734-5, SSP/RS e inscrito no CPF sob o n. 252.673.100-34 e a Entidade de Prática Desportiva **CÍRCULO MILITAR DO PARANÁ** inscrita(o) no CNPJ sob nº 76.708.858/0001-77, com sede Rua Largo Bittencourt nº 187 - Curitiba - PR, doravante denominada(o) **CONVENIENTE**, representado pelo Presidente, Sérgio Cooper de Almeida, brasileiro, casado, portador do RG nº 10234533-9 e inscrito no CPF sob o nº 005.707.308-21, resolvem celebrar o presente Convênio, regendo-se pelo Edital de Chamamento Interno de Projetos nº 01/2014, pelos princípios gerais da administração pública, pelo Regulamento de Descentralização de Recursos da CBC (IN n. 01, de 05/08/2013), pelo Regulamento de Compras e Contratações da CBC (IN n. 02, de 05/08/2013), pelo Regulamento do Cadastro Geral de Entidade de Prática Desportiva -EPD, filiada à CBC (IN n. 03, de 18/11/2013) e, no que couber, pela normatização que rege a celebração de convênios pela União, consoante o processo nº NLPCIP 012014-0028-004 e NLPCON 012014-0028-004-17 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio, decorrente do Edital de Chamamento Interno de Projetos nº 01/2014, tem por objeto a aquisição de materiais esportivos e equipamentos voltados à formação de atletas nas modalidades olímpicas Voleibol e Basquete, a serem instalados nas dependências do Círculo Militar do Paraná, na cidade de Curitiba, conforme detalhado no Plano de Trabalho.



CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

Integram este instrumento, independentemente de transcrição, as informações e documentos incluídos no Cadastro Geral de Entidades de Prática Desportiva Filiadas à CBC, o Plano de Trabalho e o Termo de Referência propostos pelo CONVENENTE e aprovados pela CONCEDENTE, bem como toda a documentação técnica que deles resultem, cujos termos os participantes acatam integralmente.

Subcláusula Única. Eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que não haja alteração do objeto e sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente da CONCEDENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

São obrigações dos Participes:

I - DA CONCEDENTE:

- a) realizar os atos e os procedimentos relativos à formalização, alteração, execução, acompanhamento, fiscalização, análise da prestação de contas e, se for o caso, informações acerca de Tomada de Contas Especial;
- b) transferir ao CONVENENTE os recursos financeiros previstos para a execução deste Convênio, de acordo com a disponibilidade financeira da CBC e o estabelecido no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;
- c) acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do objeto deste Convênio, comunicando ao CONVENENTE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, bem como suspender a liberação de recursos ou a Ordem de Início concedida, fixando o prazo pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;
- d) analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Convênio e do seu Plano de Trabalho;
- e) prorrogar de ofício a vigência do Convênio, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;
- f) analisar a prestação de contas relativa a este Convênio, emitindo parecer conclusivo sobre sua aprovação ou não, no prazo de um ano, prorrogável por igual período, além de avaliar os resultados alcançados, inclusive no que diz respeito à qualidade dos produtos e serviços conveniados; e

g) notificar o CONVENIENTE quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, instaurar Sindicância, se for o caso e, posteriormente comunicar o fato aos órgãos de controle para fins de eventual instauração de Tomada de Contas Especial, observado o disposto no Art. 27, parágrafo único do Regulamento de Descentralização de Recursos da CBC.

II - DO CONVENIENTE:

a) executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho e o Termo de Referência aprovados pela CONCEDENTE, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio;

b) aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Convênio;

c) executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Convênio, inclusive os serviços eventualmente contratados, observando a qualidade, quantidade, prazos e custos definidos no Plano de Trabalho e no Termo de Referência;

d) elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado, reunir e manter atualizada toda documentação jurídica, fiscal e institucional necessária à inscrição e manutenção de seu registro no Cadastro Geral de Entidades de Prática Desportiva Filiadas à CBC e à celebração deste Convênio, de acordo com o Regulamento de Cadastro Geral de Entidades de Prática Desportiva – EPDs filiada à CBC, com o Regulamento de Descentralização de Recursos da CBC e com os normativos e diretrizes do Programa de Formação de Atletas Olímpicos e Paraolímpicos da CBC;

e) apresentar as certificações e declarações necessárias, emitidas pelas Entidades de Administração do Desporto nacionais e/ou regionais, bem como os documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações emitidos pelos órgãos ou entidades da esfera municipal, estadual, do Distrito Federal ou federal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos do Edital de Chamamento Interno da CBC e da legislação aplicável, quando for o caso;

f) assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica do projeto e da execução dos produtos e serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos internos da CBC, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pelos beneficiários, quando detectados pela CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle;

g) submeter à CONCEDENTE qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, observadas as vedações relativas à execução das despesas e o prazo de 30 (trinta) dias, anteriores à alteração;

h) manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Convênio em conta específica, aberta em instituição financeira oficial federal, inclusive os resultantes de eventual

aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do objeto conveniado, observadas as vedações constantes neste instrumento e os normativos internos da CBC relativos à execução das despesas;

i) submeter-se ao Regulamento de Descentralização de Recursos e ao Regulamento de Compras e Contratações da CBC, no cumprimento do objeto deste convênio;

j) arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros fixados neste instrumento, indicados na cláusula atinente ao valor;

k) manter arquivados e organizados, em processo formal e específico, todos os atos e os procedimentos relativos à execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de Tomada de Contas Especial do Convênio, quando couber, apresentando e atualizando regularmente as informações e os documentos exigidos pelo Regulamento de Cadastro Geral de Entidades de Prática Desportiva Filiada à CBC;

l) oferecer a relação dos beneficiados pela execução do objeto, informando o número da Carteira de Identidade, o número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física/CPF e endereço dos mesmos, reportando à CONCEDENTE sempre que houver alterações. Caso o beneficiário ainda não esteja inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas, deverá ser informado o número do CPF de um dos seus pais, tutor, curador ou responsável pela guarda em virtude de decisão judicial.

m) estimular a participação dos beneficiários finais na implementação do objeto do Convênio, bem como na manutenção do patrimônio gerado por esses investimentos;

n) manter em sua guarda, organizados em ordem cronológica, todos os comprovantes das despesas realizadas, para encaminhá-los posteriormente à CONCEDENTE, observando-se os procedimentos e prazos descritos no Regulamento de Descentralização de Recursos da CBC;

o) manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;

p) facilitar a supervisão e a fiscalização pela CONCEDENTE, permitindo-lhe efetuar acompanhamento *in loco* e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Convênio e dos contratos celebrados em seu âmbito; assim como as informações e documentos relacionados com a sua inscrição no Cadastro Geral de Entidades de Prática Desportiva Filiadas à CBC;

q) permitir o livre acesso dos colaboradores e dirigentes da CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo vinculados aos Poderes Executivo e Legislativo da União, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

- r) apresentar o relatório de execução físico-financeira e a prestação de contas dos recursos recebidos por meio deste Convênio, no prazo e forma estabelecidos neste instrumento e no Regulamento de Descentralização de Recursos da CBC;
- s) recolher à conta da CONCEDENTE os rendimentos de aplicações financeiras referentes ao período entre a liberação do recurso e a sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na execução do objeto;
- t) apresentar todo e qualquer documento comprobatório de despesa efetuada à conta dos recursos deste Convênio, a qualquer tempo e a critério da CONCEDENTE, sujeitando-se, no caso da não apresentação no prazo estipulado na respectiva notificação, ao mesmo tratamento dispensado às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, nos termos estipulados neste Termo de Convênio;
- u) responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, fiscal, comercial e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Convênio, bem como por todos os encargos tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento;
- v) assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação da CONCEDENTE em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito neste Convênio e, obedecido o modelo-padrão estabelecido pela CONCEDENTE, apor a marca da CBC nos informes relacionados ao convênio, divulgados na imprensa e em seu sítio eletrônico, nos equipamentos, materiais esportivos e uniformes adquiridos, assim como nas placas, painéis e *outdoors* de identificação dos projetos custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste Convênio, consoante o disposto nas normas internas da CBC;
- w) manter, até o final da vigência do convênio, rigoroso controle sobre a guarda e utilização dos equipamentos, uniformes e materiais esportivos adquiridos, de forma a comprovar a sua devida destinação;
- x) realizar o inventário dos equipamentos adquiridos com recursos do convênio, identificando-os com a marca da CONCEDENTE, consoante o disposto nas normas internas da CBC e responsabilizar-se pela manutenção, conservação e reposição dos mesmos, em caso de eventual extravio ou inutilização;
- y) operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio gerado pelos investimentos decorrentes do Convênio, após sua execução, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades do Programa de Formação de Atletas Olímpicos e Paraolímpicos da CBC;
- z) assim como:

1. manter a CONCEDENTE informada sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Convênio e prestar

informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização;

2. permitir à CONCEDENTE, bem como aos órgãos de controle vinculados aos Poderes Executivo e Legislativo da União, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente Convênio;
3. ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na execução deste convênio, dar ciência à CONCEDENTE e aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime, cientificar o Ministério Público;
4. garantir a manutenção da sua capacidade técnica e operacional necessária ao bom desempenho das atividades; e
5. informar tempestivamente à CONCEDENTE toda e qualquer alteração na titularidade de seus dirigentes, bem como qualquer outro fato que possa, ainda que indiretamente, repercutir na execução do convênio;

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

Este Termo de Convênio terá vigência de um ano, contado a partir da sua assinatura e publicação no portal oficial de internet da CONCEDENTE, podendo ser prorrogada, mediante termo aditivo, por solicitação do CONVENIENTE devidamente fundamentada e formulada, no mínimo, 30 dias antes do seu término.

Subcláusula Única. A CONCEDENTE prorrogará "de ofício" a vigência deste Termo de Convênio, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E DA ORIGEM DOS RECURSOS

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio, neste ato fixados em R\$ R\$ 587.164,50 (Quinhentos e Oitenta e Sete Mil Cento e Sessenta e Quatro Reais e Cinquenta Centavos), constituem receita da CBC, em virtude do que dispõe o art. 56, §10 da Lei n. 9.6215/1988, conforme redação dada pela Lei n. 12.395/2011 e serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEXTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos financeiros descritos na Cláusula Sexta serão repassados pela CONCEDENTE ao CONVENIENTE, em parcela única, mediante depósito na **Conta Corrente n° 2649-9, Agência n° 0997, Operação n° 003, Banco Caixa Econômica Federal - Código n° 104**, aberta em nome do CONVENIENTE especificamente para esse fim e vinculada ao presente ajuste.

Subcláusula Primeira. Os recursos serão liberados de acordo com a disponibilidade financeira da CBC, a partir da 'Ordem de Início' para o atendimento dos beneficiários do Convênio e em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho aprovado.

Subcláusula Segunda. A Ordem de Início de que trata a **Subcláusula Primeira** será liberada pela Diretoria Técnica da CONCEDENTE, desde que reste comprovada a inexistência de quaisquer pendências financeiras ou documentais por parte do CONVENENTE junto ao Cadastro Geral de Entidades de Prática Desportiva filiadas à CBC;

Subcláusula Terceira. A Ordem de Início poderá ser suspensa, até a correção das impropriedades constatadas, quando:

I - não houver comprovação da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, constatada pela CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle vinculados aos Poderes Executivo e Legislativo da União;

II - for verificado o desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas e fases programadas, inobservância do Regulamento de Compras e Contratações da CBC, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio; e

III - for descumprida, injustificadamente pelo CONVENENTE, cláusula ou condição do Convênio.

Subcláusula Quarta – Durante o período em que perdurar a suspensão da Ordem de Início, fica expressamente vedada a realização de quaisquer despesas pelo CONVENENTE com recursos do convênio.

Subcláusula Quinta. Os recursos deste Convênio, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados pelo CONVENENTE em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização desses recursos verificar-se em prazos menores que um mês.

Subcláusula Sexta. As receitas das aplicações financeiras somente poderão ser aplicadas no objeto do Convênio, mediante anuência prévia da CONCEDENTE, estando sujeitas às mesmas condições de prestação de contas.

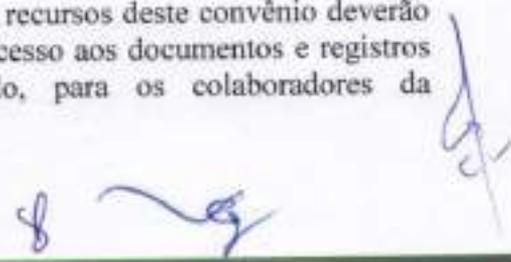
CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS E DAS VEDAÇÕES

O presente Convênio deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Subcláusula Primeira. É vedado ao CONVENENTE, sob pena de rescisão do ajuste:

- I - utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida neste convênio e no Plano de Trabalho;
- II - realizar despesa e efetuar pagamento em data anterior ou posterior à vigência do instrumento;
- III - alterar o objeto do convênio, exceto no caso de ampliação da execução do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto conveniado e desde que autorizado pela CONCEDENTE;
- IV - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica;
- V - realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referente a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto no que se refere às multas, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pela CONCEDENTE, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;
- VI - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- VII - realizar despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, e nas quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de dirigentes e desde que previstas no Plano de Trabalho.
- VIII - transferir recursos liberados pela CONCEDENTE, no todo ou em parte, para associações de servidores ou quaisquer órgãos ou entidades que não figurem como partícipes do presente Termo;
- IX - celebrar contrato com entidades ou empresas impedidas de receber recursos federais;
- X - enviar na prestação de contas notas fiscais ou faturas rasuradas, ou em nome de terceiros, ou com prazo de emissão expirado, ou com descrição de produtos ou serviços fora do ramo de atividade da empresa contratada; e
- XI - utilizar os recursos do convênio para arcar com despesas administrativas da Entidade.

Subcláusula Segunda. Os contratos celebrados à conta dos recursos deste convênio deverão conter cláusula que obrigue o contratado a conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os colaboradores da



CONCEDENTE e dos órgãos de controle vinculados aos Poderes Executivo e Legislativo da União.

Subcláusula Terceira. Os atos referentes à movimentação dos recursos depositados na conta específica deste Convênio serão realizados formalmente e arquivados em processo específico, sendo que os pagamentos deverão ser efetuados pelo CONVENENTE mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviço.

Subcláusula Quarta. Antes da realização de cada pagamento, o CONVENENTE deverá registrar nos autos que instruem o processo de formalização, execução e prestação de contas deste convênio, no mínimo, as seguintes informações:

I - a destinação do recurso;

II - o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;

III - o contrato a que se refere o pagamento realizado;

IV - a meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento; e

V - a comprovação do recebimento definitivo do bem ou serviço contratado, mediante atesto em notas fiscais ou documentos contábeis, quando for o caso.

Subcláusula Quinta. As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome do CONVENENTE, devidamente identificados com o número deste Convênio, mantidos em arquivo, em boa ordem, no próprio local em que foram contabilizados, para posterior remessa à CONCEDENTE.

Subcláusula Sexta. Os documentos originais das despesas deverão permanecer à disposição dos órgãos de controle interno e externo dos Poderes Executivo e Legislativo da União, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da aprovação da prestação de contas, conforme disposto no Regulamento de Descentralização de Recursos da CBC.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS

O CONVENENTE deverá executar diretamente a integralidade do objeto, permitindo-se a contratação de serviços de terceiros quando houver previsão no Plano de Trabalho ou em razão de fato superveniente e imprevisível, devidamente justificado, e desde que aprovado pela CONCEDENTE.

Subcláusula Primeira. Quando for necessária a aquisição de bens e contratação de serviços pelo CONVENENTE, o Conveniente se obriga a observar o Regulamento de Compras e Contratações da CBC, bem como os princípios gerais da Administração Pública, mediante declaração expressa de seu dirigente máximo.



Subcláusula Segunda. Durante o procedimento de contratação realizado pelo CONVENENTE, deverão ser especialmente observados os seguintes aspectos:

- I - contemporaneidade das cotações de preços;
- II - compatibilidade dos preços do fornecedor selecionado com os preços de mercado;
- III - enquadramento do objeto conveniado com o efetivamente contratado; e
- IV - fornecimento de declaração expressa, firmada pelo representante máximo do CONVENENTE, sob as penas do art. 299 do Código Penal, atestando que as contratações de terceiros atenderam ao Regulamento de Compras e Contratações da CBC e aos princípios da Administração Pública.

Subcláusula Terceira. Nos contratos celebrados entre o CONVENENTE e terceiros, para a execução do objeto do presente Convênio, é vedada a previsão de serviços, compras, alienações, locações ou qualquer outro conteúdo estranho ao previsto no Plano de Trabalho, sob pena de adoção das medidas previstas neste instrumento e na legislação de regência.

Subcláusula Quarta. Além das obrigações descritas na Cláusula Quarta, item II do presente ajuste, compete ainda ao CONVENENTE:

I - fazer constar dos contratos celebrados com terceiros, tendo por finalidade a execução deste Convênio, cláusula que obrigue o contratado a conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto pactuado, para os colaboradores da CONCEDENTE e dos órgãos de controle vinculados aos Poderes Executivo e Legislativo da União, a fim de que, no exercício de suas atribuições, exerçam atividades de acompanhamento e fiscalização da execução do projeto;

II - fazer constar dos contratos celebrados com terceiros, que a responsabilidade pela qualidade dos materiais e serviços fornecidos é da empresa ou outra entidade contratada para essa finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto conveniado;

III - exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o Contrato celebrado com terceiros; e

IV - assegurar que o atesto das faturas somente ocorra após a comprovação da efetiva prestação dos serviços, mediante identificação precisa do que foi executado, com descrição ou especificação dos produtos e sua quantidade.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO

Este Convênio poderá ser alterado, através da formalização de Termo Aditivo, mediante proposta do CONVENENTE devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à CONCEDENTE para análise e decisão, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do término da vigência, vedado o desvirtuamento da natureza do objeto pactuado.



CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Constitui prerrogativa da CONCEDENTE exercer o acompanhamento, fiscalização e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho, de forma suficiente para garantir a plena execução física do objeto.

Subcláusula Primeira. No exercício das atividades de fiscalização e acompanhamento da execução do objeto, a CONCEDENTE poderá:

I - valer-se do apoio de terceiros;

II - delegar competência ou firmar parcerias com outros órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, com tal finalidade;

Subcláusula Segunda. Constatadas irregularidades na execução deste Convênio ou impropriedades de ordem técnica, a CONCEDENTE notificará o CONVENENTE para sanear a situação ou prestar informações e esclarecimentos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Subcláusula Terceira. Recebidos os esclarecimentos e informações solicitados, a CONCEDENTE apreciará e decidirá quanto à aceitação das justificativas apresentadas. Aceitando-as, fará constar nos autos do processo a justificativa prestada e dará ciência do fato aos órgãos de controle vinculados aos Poderes Executivo e Legislativo da União.

Subcláusula Quarta. Findo o prazo fixado para a adoção de providências e a apresentação de esclarecimentos, sem a regularização ou aceitação das justificativas ofertadas, a instância responsável pela gestão do Convênio solicitará à Diretoria Executiva da CBC que realize a apuração do dano e comunicará o fato ao CONVENENTE para que seja ressarcido o valor respectivo, sob pena de instauração de Sindicância pela CBC e Tomada de Contas Especial.

Subcláusula Quinta. A CONCEDENTE comunicará aos órgãos de controle vinculados aos Poderes Executivo e Legislativo da União qualquer irregularidade da qual tenha tomado conhecimento e, havendo fundada suspeita da prática de crime ou de ato de improbidade administrativa, cientificará o Ministério Público;

Subcláusula Sexta. De modo a evitar a descontinuidade das ações, a CONCEDENTE tem a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela gestão dos recursos para outra entidade, quando:

I – constatar que as ações estão paralisadas ou a ocorrência de fato relevante, superveniente à celebração do convênio.

II – concluir, durante as atividades de fiscalização, acompanhamento e avaliação do convênio, que o CONVENENTE não comprovou:

- a) a boa e regular aplicação dos recursos, na forma das normas e regulamentos aplicáveis;
- b) o recebimento, instalação e inventário dos equipamentos adquiridos;



- c) a compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no Plano de Trabalho, e os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;
- d) a regularidade e atualização das informações registradas no Cadastro Geral de Entidades de Prática Desportiva filiadas à CBC; e
- e) o cumprimento das metas do Plano de Trabalho nos prazos e condições estabelecidas.

Subcláusula Sétima. Aquele que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação da CONCEDENTE e dos órgãos de controle vinculados aos Poderes Executivo e Legislativo da União, no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos federais transferidos, ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros transferidos pela CONCEDENTE e dos rendimentos obtidos em aplicações no mercado financeiro consiste no procedimento de acompanhamento sistemático que conterà elementos que permitam verificar, sob os aspectos técnicos e financeiros, a execução integral do objeto do convênio e o alcance dos resultados previstos.

Subcláusula Primeira. A prestação de Contas deverá ser apresentada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data do término da vigência do Convênio, na forma estabelecida pelo Capítulo X do Regulamento de Descentralização de Recursos da CBC.

Subcláusula Segunda. A prestação de contas deverá ser apresentada por meio de comunicação formal encaminhada pelo CONVENIENTE à CONCEDENTE, acompanhada dos seguintes documentos, sem prejuízo de outros que vierem a ser dispostos pela Diretoria da CBC, caso assim o recomende o interesse público:

- I – cópia do Plano de Trabalho;
- II – cópia do Termo de Convênio;
- III – relatório técnico da execução do objeto do convênio;
- IV – relatório de execução físico-financeira, circunstanciando o desempenho das atividades do convênio pactuado;
- V – relatório de execução da receita e da despesa e relação de pagamentos efetuados no período de cobertura do relatório;
- VI – comprovação da aplicação financeira dos recursos;
- VII – cópia do extrato de conta bancária específica do período correspondente, acompanhada da conciliação do saldo bancário;



VIII – relação dos bens patrimoniais duráveis adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos transferidos;

IX – comprovação do recolhimento dos recursos não utilizados, na conta da CBC, quando for o caso;

X – relação dos beneficiados pela execução do objeto, informando o número da Carteira de Identidade, o número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física- CPF e o endereço dos mesmos. Caso o beneficiário ainda não esteja inscrito no Cadastro de Pessoas Física, deverá ser informado o número do CPF de um dos seus pais, tutor, curador ou responsável pela guarda em virtude de decisão judicial.

XI - notas e comprovantes fiscais indicando o número do convênio, atentando-se para os seguintes aspectos: data do documento, compatibilidade entre o emissor e os pagamentos efetuados, valor, aposição de dados do conveniente;

XII - declaração de realização dos objetivos a que se proponha o instrumento;

XIII - termo de compromisso assinado pelo CONVENIENTE, no qual conste a afirmação de que os documentos relacionados ao convênio, serão guardados pelo prazo de 10 (dez) anos após a data de aprovação da prestação de contas.

Subcláusula Terceira. Nos casos das contratações realizadas por meio de *Processo de Aquisição*, conforme determina o Regulamento de Compras e Contratações da CBC, o CONVENIENTE deverá enviar, ainda, cópias da publicação do processo de aquisição em seu sítio eletrônico, bem como os originais dos termos de adjudicação e homologação, juntamente com a seguinte documentação:

I – instrumentos de contrato firmado, se houver;

II – orçamentos apresentados pelos participantes do processo seletivo;

III – edital do processo seletivo divulgado;

IV – ata da comissão que julgou o processo de aquisição;

V – comprovante de divulgação do proponente vencedor;

VI – comprovação de regularidade das empresas contratadas perante a Secretaria da Receita Federal – SRF, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, do Ministério da Fazenda, bem como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

VII – comprovação de regularidade das empresas contratadas perante o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, bem como Certidão Negativa de Débitos – CND atualizada, e, se for o caso, também a regularidade quanto ao pagamento das parcelas mensais relativas aos débitos renegociados;

VIII – comprovação de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS das empresas contratadas, fornecida pela Caixa Econômica Federal;



IX – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ das empresas contratadas, com o mesmo ramo de atividade do bem ou serviço contratado;

X – demais documentos que comprovem a boa e regular aplicação dos recursos, de acordo com a legislação vigente.

Subcláusula Quarta. Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido neste instrumento, a CONCEDENTE estabelecerá o prazo máximo de 10 (dez) dias para sua apresentação, ou devolução dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescidos de juros legais desde a data do recebimento, na forma da legislação aplicável aos débitos com a Fazenda Nacional.

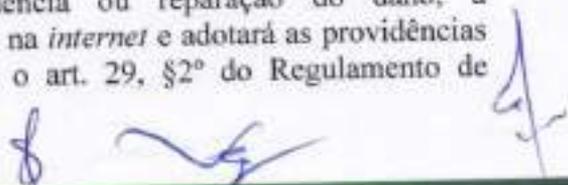
Subcláusula Quinta. O CONVENENTE deverá ser notificado previamente sobre as irregularidades apontadas na análise da prestação de contas, via notificação eletrônica por meio do endereço eletrônico informado no Cadastro Geral de Entidades de Prática Desportiva – EPDs filiadas à CBC. Caso não seja possível a notificação eletrônica, a notificação prévia será feita por meio de carta registrada com declaração de conteúdo, devendo a notificação ser inserida no Cadastro Geral de Entidades de Prática Desportiva – EPDs filiadas à CBC.

Subcláusula Sexta. Se, ao término do último prazo estabelecido, o CONVENENTE não apresentar a prestação de contas e nem devolver os recursos, a CONCEDENTE registrará a inadimplência em seu sítio eletrônico na *internet*, por omissão do dever de prestar contas, instaurará Sindicância e, posteriormente, se o resultado da sindicância assim o recomendar, comunicará o fato aos órgãos de controle vinculados aos Poderes Executivo e Legislativo da União, instaurando Tomada de Contas Especial além da adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário.

Subcláusula Sétima. A CONCEDENTE deverá registrar no seu sítio eletrônico na *internet* o recebimento da prestação de contas, cuja análise será feita no encerramento do Convênio com base na documentação encaminhada pelo CONVENENTE, não se equiparando a auditoria contábil, e terá por fim atestar ou não a conclusão da execução física do objeto, bem como a verificação dos documentos relacionados no Capítulo X do Regulamento de Descentralização de Recursos da CBC.

Subcláusula Oitava. A CONCEDENTE terá o prazo de um ano, prorrogável por igual período mediante justificativa, contado da data da sua apresentação, para analisar conclusivamente a prestação de contas, com fundamento nos pareceres técnico e financeiro expedidos pelas áreas competentes. O eventual ato de aprovação da prestação de contas deverá ser registrado no sítio eletrônico mantido pela CONCEDENTE, mediante declaração expressa de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação.

Subcláusula Nona. Caso a prestação de contas não seja aprovada, exauridas todas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, a CONCEDENTE registrará o fato no seu sítio eletrônico na *internet* e adotará as providências necessárias à instauração de Sindicância, observando o art. 29, §2º do Regulamento de



Descentralização da CBC e, em seguida, de Tomadas de Contas Especial, com posterior encaminhamento do processo aos órgãos de controle para os devidos registros de sua competência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas não devidamente utilizadas na execução do objeto do Convênio, serão devolvidos à CONCEDENTE, mediante depósito na **Conta Corrente nº 00002501-7, Agência nº 0296, Operação nº 003, Banco Caixa Econômica Federal - Código nº 104** no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de Sindicância e deliberação quanto à possível instauração de Tomada de Contas Especial.

Subcláusula Única – A restituição dos valores transferidos, atualizados monetariamente e acrescidos de juros legais desde a data do recebimento, na forma da legislação aplicável aos débitos com a Fazenda Nacional, deverá ser providenciada pelo CONVENIENTE nos seguintes casos:

- I – quando não for executado o objeto pactuado;
- II - quando não forem apresentadas, nos prazos exigidos, as prestações de contas; ou
- III – quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho.

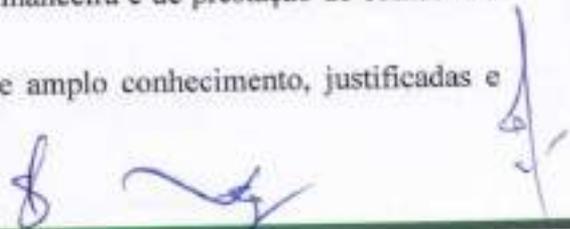
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DENÚNCIA

O presente convênio poderá ser denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

Independentemente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, o presente Convênio poderá ser rescindido em razão do descumprimento de quaisquer das suas cláusulas, e, em especial, nas seguintes hipóteses:

- I - utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou em desatendimento à legislação vigente;
- II – não apresentação de relatórios de execução físico-financeira e de prestação de contas nos prazos estabelecidos;
- IV – razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela CONCEDENTE;



V - constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado; e

VI - a verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

Subcláusula Primeira. A rescisão do Convênio, quando resulte dano ao erário, enseja a instauração de Tomada de Contas Especial.

Subcláusula Segunda. A apuração de irregularidades cometidas pelo CONVENENTE poderá ensejar as medidas consignadas nos capítulos XII e XIII do Regulamento de Descentralização de Recursos da CBC.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS BENS REMANESCENTES

Todos os bens patrimoniais que vierem a ser adquiridos ou produzidos com recursos descentralizados pela CONCEDENTE, no âmbito deste Convênio, serão patrimoniados pelo CONVENENTE e permanecerão sob a sua guarda e responsabilidade, vinculados ao objeto pactuado nesse convênio.

Subcláusula Primeira. A critério do Presidente da CBC, os bens remanescentes adquiridos ou produzidos com recursos deste Convênio poderão ser doados ao CONVENENTE quando, após o cumprimento do objeto, forem necessários para assegurar a continuidade de Programa de Formação de Atletas Olímpicos e Paraolímpicos da CBC, mediante processo formal e celebração de Termo de Doação, em caráter oneroso, observadas as condições dispostas no respectivo Termo, bem como o disposto no artigo 36 do Regulamento de Descentralização da CBC.

Subcláusula Segunda. Com vistas ao cumprimento desta Cláusula, o CONCEDENTE deverá registrar os bens em sistema próprio de controle de bens patrimoniais e realizar o inventário anual dos mesmos.

Subcláusula Terceira. O inventário de Bens Patrimoniais a ser realizado pelo CONVENENTE, após aprovado pela CONCEDENTE, integrará a prestação de contas do Convênio.

Subcláusula Quarta. Os bens patrimoniais que vierem a ser adquiridos ou produzidos em razão deste Convênio constituem garantia real em favor da CONCEDENTE, em montante equivalente aos recursos destinados ao CONVENENTE, válida até a depreciação integral do bem, aplicando-se a reversão patrimonial quando houver desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos, conforme o disposto nas normas de regência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICIDADE

A eficácia do presente Convênio ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação no sítio eletrônico mantido pela CONCEDENTE.

Subcláusula Primeira. A CONCEDENTE registrará em seu sítio eletrônico da *internet* os atos de celebração, alteração e aprovação de contas deste convênio.

Subcláusula Segunda. O CONVENIENTE obriga-se a disponibilizar, por meio da *internet*, consulta a este Convênio, bem como aos extratos das contratações realizadas para a execução do objeto pactuado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - todas as comunicações relativas a este Convênio serão consideradas como regularmente efetuadas, quando realizadas por intermédio de correio eletrônico ou correspondência postal registrada, com aviso de recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via *fax*, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Convênio, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados; e

IV - todas as exigências inerentes ao cumprimento deste convênio deverão ser supridas formalmente, através da regular instrução processual.

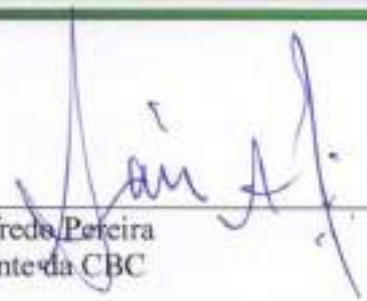
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Convênio, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Campinas/SP.

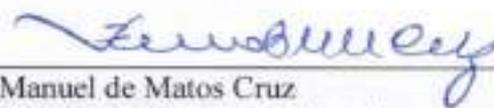
E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.



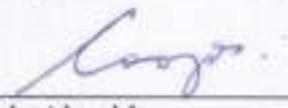
Campinas, 03 de abril de 2015.



Jair Alfredo Pereira
Presidente da CBC



Fernando Manuel de Matos Cruz
Diretor de Formação de Atletas Olímpicos e Paraolímpicos da CBC



Sergio Cooper de Almeida
Presidente do Circulo Militar do Paraná

Testemunhas:



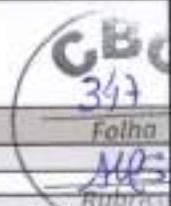
Cristal Porfírio
CPF: 120.326.087-31



Sandra Cardoso
CPF: 172.736.308-61



PLANO DE TRABALHO
DADOS CADASTRAIS DA ENTIDADE PROPONENTE (ANEXO II)



Entidade Proponente:		CNPJ:		
CIRCULO MILITAR DO PARANA		76708858/0001-77		
Endereço:				
Rua: Largo Bittencourt 187				
Cidade:		UF:	CEP:	
CURITIBA		PARANA	80060-210	
DDD/Telefones (com e cel):		Home page:	E-mail:	
041 3264-5022			presidencia@circulomilitarparana.com.br	
Dirigente:		Identidade/Órgão Expeditor:	CPF:	Estado Civil:
Sérgio Cooper de Almeida		10234533-9	005.707.308-21	CASADO
Cargo/Função:		DDD/Telefones (com e cel):		E-mail:
Presidente		041 3264-5022 /041 9947-1097		presidencia@circulomilitarparana.com.br
Endereço Residencial:				
R ITUPAVA, 886 BL A APO2 - ALTO DA RUA XV				
Cidade:		UF:	CEP:	
CURITIBA		PARANA	80045-330	
1.2. RESPONSÁVEL TÉCNICO				
Responsável pelo Projeto:				
Nome:		Identidade/Órgão Expeditor:	CPF:	
DANIEL HELTON DA SILVA		5019916-9 SSP - PR	8733382190-00	
E-mail:		Telefone(s):		
musculacao@cmppr.com.br		41 - 8612-4780 - 41 3264-5022		
1.3. OUTROS ÓRGÃOS OU ENTIDADES PARTICIPEIS				
Nome:		CNPJ:		
Endereço:		Cidade:	UF:	CEP:
DDD/Telefones:		Home page:	E-mail:	
1.4. DESCRIÇÃO DO PROJETO				
Título:	Duração (dd/mm/aa):			
FORMAÇÃO DE ATLETAS OLÍMPICOS	Início	01/12/2014		
	Término	01/12/2015		
	Vigência	12 MESES		
Identificação do Objeto:				
O presente Projeto visa atender as modalidades olímpicas Voleibol masculino e feminino, Basquetebol masculino e feminino, proporcionando aperfeiçoamento na qualidade técnica dos atletas que serão atendidos pelo convênio. o objeto a ser executado tem seu princípio na compra de materiais e equipamentos esportivos que fortaleçam a prática das modalidades, na estrutura já existente do clube.				
Área de abrangência do Projeto:				
Nacional (x) Regional (x) Estadual (x) Municipal (x)				
Justificativa da Proposição:				
Razões que justificam a realização do convênio (consonância com o objeto proposto e relevância para a formação de atletas nas modalidades olímpicas): A realização deste convênio promoverá diretamente o fortalecimento das modalidades de Basquetebol e Voleibol em níveis Estadual, Nacional e Internacional, estimulando a competência desportiva e administrativa, além de corresponder às expectativas dos atletas, que vivenciarão treinamentos em uma estrutura de melhor qualidade, explorando todas as suas potencialidades, elevando consequentemente seu nível técnico, ampliando e mantendo a base para composição de seleções para representatividade do estado do Paraná e consequentemente do Brasil em competições, tomando como foco principal a olimpíada de 2016, já que temos expectativa de atletas comporem a seleção das modalidades apresentadas.				
1.5. CAPACIDADE TÉCNICA-OPERACIONAL DA ENTIDADE PROPONENTE				

Sérgio Cooper de Almeida
Presidente do CMP

Descrição do Objeto Social, conforme Estatuto da entidade:

O Circulo Militar do Paraná, clube esportivo, social e recreativo, é sociedade civil, com sede e foro na cidade de Curitiba, estado do Paraná, tem como finalidades (conforme artigo 3º do seu estatuto):

- a - Promover o entrelaçamento e confraternização entre seus sócios;
- b - proporcionar à seus sócios reuniões compatíveis com essas finalidades, congregando e integrando suas famílias na comunhão social, sob a égide da harmonia e compreensão;
- c- propiciar atividades sociais, recreativas, esportivas, culturais, artísticas, campestres e outras;
- d- promover o conagraçmento com outras sociedades congêneres;
- e- participar, quando solicitado, dos eventos civicos patrocinados pelas Forças Armadas Brasileiras, pela Polícia Militar do Paraná e pelos poderes constituídos;
- f- cultivar os valores históricos Nacionais, Estaduais e Municipais;
- g- cooperar com as entidades públicas e particulares de fins culturais, científicos, literários, artísticos, esportivos e promover assistência social;
- h- manter, a critério da Diretoria Executiva, órgãos de prestação de serviços aos associados;
- i - revogado;
- j - proporcionar aulas de todas as modalidades esportivas e culturais possíveis, visando o aprendizado e o desenvolvimento do quadro associativo e também a formação de equipes para representação do Circulo;
- k - propiciar a formação de atletas olímpicos e paraolímpicos;
- l - desenvolver entre seus sócios a prática de esporte formal e não formal.

Comprovação da qualificação técnica e capacidade operacional da entidade para o cumprimento do objeto proposto (demonstração de experiências prévias na formação de atletas, ou no envio de equipes para competições oficiais regionais, nacionais ou internacionais organizadas por Entidades de Administração do Desporto que compoem o Sistema Olímpico dirigido pelo CCI, ou, ainda, por declaração(ões) emitida(s) por qualquer destas entidades): Apesar de uma estrutura física pequena é quase que uma nitra a convocação de alguns dos nossos atletas para as seleções brasileiras de base, principalmente na modalidade de voleibol, basquete. A certeza do crescimento e a qualidade do nosso trabalho são mencionadas pelos técnicos e dirigentes de outros estados e países quando conhecem o nosso trabalho na formação de atletas e gerencia administrativa, tanto na parte operacional, planejamento e desenvolvendo do trabalho na formação de atletas de rendimento, quanto na qualidade e competência de realizar grandes eventos como o Torneo Sul americano de Basquete na categoria infanto juvenil e o Torneo Internacional de Voleibol na categoria juvenil, que realizamos já citados anteriormente. Além da preocupação com o desempenho e qualidade dos treinamentos o clube também enfatiza a disciplina na formação dos nossos atletas que hoje somam 814 atletas cadastrados desde as categorias de base a veteranos. Lançamos a Cartilha do Atleta (anexo II) em 2006, com o principal objetivo de proteger principalmente os direitos dos atletas e disciplinar toda a estrutura esportiva de alto rendimento do clube.

Autenticação

18032015
DATA


Ten. Cel. Sérgio Cooper de Almeida - Presidente - Circulo Militar do Paraná

Sergio Cooper de Almeida
Presidente do CMP







PLANO DE TRABALHO
PLANO DE APLICAÇÃO (ANEXO III)

1. Nome do Club: **Crusil Mister do Paraná**

DADOS DO PROJETO

MET(A)S)	ETAP(A)S)	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO		PERÍODO DE EXECUÇÃO	
			Unidade	Quantidade	Início	Término
	1	Aquisição de Material Esportivo* (incluindo os Uniformes)	diversos	32	data da assinatura	2017/8
	2	Aquisição de Equipamentos*	diversos	9	data da assinatura	2017/8
	3	Aquisição de Equipamentos de uso comum*	diversos	14	data da assinatura	2017/8
		DESPESAS CORRENTES				
		Concedente	PropONENTE	Concedente	PropONENTE	TOTAL
	1	R\$ 228.593,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
	2	R\$ 77.315,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
	3	R\$ 281.296,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
	TOTAL GERAL:	R\$ 587.164,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Comprometido à forma de letras e impressões

Autorização

16/02/2015
DATA


 Ten. Cel. Sergio Cooper de Almeida
 Presidente - Crusil Mister do Paraná

Sergio Cooper de Almeida
 Presidente do CMP



PLANO DE TRABALHO
DETALHAMENTO DA AÇÃO POR MODALIDADE (ANEXO IV)

Sergio Cooper de Almeida
Presidente do CMP

1. Nome do Clube Circulo Militar do Paraná

2. Exercício: 2015 até 2016

MODALIDADE: VOLEIBOL MASCULINO - VOLEIBOL FEMININO - BASQUETEBOI

ETAPA	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	
					Concedente	Proponente
AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO						
1.1	Bola Oficial Vôlei Penalty Pró 7.0 branca, confeccionada em microfibra. Matrizada, com 16 gomos, câmara Airblity e miolo Slip System Removível e Lubrificado. A Bola Oficial Vôlei Penalty Pró 7.0 é aprovada pela Federação Internacional de Voleibol (FIVB).	Unidade	150	R\$ 224,00	R\$ 33.600,00	R\$ 0,00
1.2	A bola para vôlei esférica, fabricada em PVC, com 68 cm de circunferência e aproximadamente 280 gramas aprovada pela FIVB (Federação Internacional de Voleibol). A cor pode ser uma cor uniforme de luz ou uma combinação de cores. Sua pressão interna deve ser de 0,30 a 0,325 kg/cm ² (4,26-4,61 psi) (294,3 para 318,82mbar ou hPa).	Unidade	70	R\$ 322,00	R\$ 22.540,00	R\$ 0,00
1.3	Bola de voleibol para treino de levantamento, confeccionada em PU, na cor branca com azul, com câmara airblity, torço multiaxial, miolo Slip System (lubrificado e substitível), com peso 380 a 400 gramas e circunferência entre 65 e 67 cm, Oficial da Confederação Brasileira de Voleiball, Aprovada pela FIVB - Federação Internacional de Voleiball	Unidade	5	R\$ 149,50	R\$ 747,50	R\$ 0,00
1.5	Bola de Medicinebol 2kg matrizada / borracha	Unidade	5	R\$ 116,00	R\$ 580,00	R\$ 0,00
1.6	Bola de Medicinebol 3kg matrizada / borracha	Unidade	8	R\$ 143,00	R\$ 1.144,00	R\$ 0,00
1.7	Bola de Medicinebol 4kg matrizada / borracha	Unidade	8	R\$ 161,00	R\$ 1.288,00	R\$ 0,00
1.8	Bola de Medicinebol 5kg matrizada / borracha	Unidade	6	R\$ 179,00	R\$ 1.074,00	R\$ 0,00
1.9	Cone grande 50cm Vonder	Unidade	50	R\$ 15,00	R\$ 750,00	R\$ 0,00
1.10	Cone pequeno 23cm Arbra	Unidade	50	R\$ 6,00	R\$ 300,00	R\$ 0,00

1.11 (2)	Pares de aternas para rede de voleibol, confeccionado em PVC, altura de 1,80 metros na cor vermelha e branco no peso máximo de 300 gramas, oficial da Federação Paranaense de Voleibol (FPV) e Confederação Brasileira de Voleibol (CBV).	Unidade	5	R\$ 89,00	R\$ 445,00	R\$ 0,00
1.12 (1)	Espaguetti p/ piscina (para treinamento de voleibol)	Unidade	50	R\$ 11,00	R\$ 550,00	R\$ 0,00
1.13 (1)	Rede de volei oficial 10X1metro - 2 faixas (oficial) - Rede para voleibol oficial em fio Polypropileno de 2mm, com malha de 0.10x0.10m Banda superior em nylon de 70mm Banda inferior em nylon de 50mm Fabricado de acordo com as regras da FIVB Cabo de aço plastificado de 3mm Inclui bandas laterais para suporte de varetas e varetas desmontáveis Dimensões: 9.50x1.0m Fabricado de acordo com a norma EN1271:2004.	Unidade	12	R\$ 156,00	R\$ 1.872,00	R\$ 0,00
1.14 (1)	Par de rede para aros de basquete, oficial, em fio de seda, fio triplo com 1 alças. Fio triplo malha 7x7 11 alças	Unidade	8	R\$ 49,00	R\$ 392,00	R\$ 0,00
1.15 (1)	Bola de basquetebol mirim - Confeccionada em couro com Microfibra de alto contraste, desenvolvida para uso em quadras internas e externas, câmara de butil, com válvula substituível, projetada para jogadores avançados e profissionais, permitindo melhor agarre, com tecnologia cushion core (couro mais macio e durável), com circunferência de 720 - 740 mm, utilizadas em competições da FPRB.	Unidade	60	R\$ 89,00	R\$ 5.340,00	R\$ 0,00
1.16 (1)	Bola de basquetebol masculina - Confeccionada em couro com Microfibra de alto contraste, desenvolvida para uso em quadras internas e externas, câmara de butil, com válvula substituível, projetada para jogadores avançados e profissionais, permitindo melhor agarre, com tecnologia cushion core (couro mais macio e durável), com circunferência de 750 - 760 mm, peso de 567 - 624 gr. Inflar 7 - 9 libras, utilizadas em competições da FPRB.	Unidade	60	R\$ 89,00	R\$ 5.340,00	R\$ 0,00

CBC
351
Folha
MRS
Fundica

Sergio Cooper de Almeida
Presidente do CMP

1.17	Corda individual confeccionado em pvc e cabo com roldana com mínimo 2,5 metros e 10 mm de espessura	Unidade	20	R\$ 32,00	R\$ 640,00	R\$ 0,00
------	---	---------	----	-----------	------------	----------

A. TOTAL PARCIAL:

ACQUIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO (UNIFORMES)

Produtora do CMP
Gergio Cooper de Almeida

ETAPA	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	
					Concedente	Proponente
1.2					R\$ 76.802,50	R\$ 0,00
1.2.1	AGASALHOS EM MICROF. MARINHO P/ TREINAMENTO IMPRES. LOGO CMP X1 (COSTAS) PARA ATLETAS	Unidade	205	R\$ 95,00	R\$ 19.475,00	R\$ 0,00
1.2.2	AGASALHOS EM MICROF. MARINHO P/ COMPETIÇÃO IMPRES. LOGO CMP X1 (COSTAS) para ATLETAS	Unidade	205	R\$ 120,00	R\$ 24.600,00	R\$ 0,00
1.2.3	AGASALHO EM MICROFIBRA AZUL PARA TREINAMENTO COMISSÃO TÉCNICA COM IMPRESSÃO DA LOGO DO CLUBE E DA COMISSÃO TÉCNICA	Unidade	40	R\$ 120,00	R\$ 4.800,00	R\$ 0,00
1.2.4	JAQ DE INVERNO P/ COMPETIÇÃO (TECIDO DOUBLE MARINHO) IMPRES. LOGO CMP X1 (COSTAS) JUSTIFICATIVA ANEXA	Unidade	205	R\$ 75,00	R\$ 15.375,00	R\$ 0,00
1.2.5	JAQ DE INVERNO P/ COMPETIÇÃO (TEC DOUBLE MARINHO) COM. TÉCNICA IMPRES. LOGO CMP X1	Unidade	40	R\$ 75,00	R\$ 3.000,00	R\$ 0,00
1.2.6	CAMISAS EM PV MARINHO PARA TREINO IMP. LOGO CMP 1X1 (COSTAS)	Unidade	420	R\$ 16,00	R\$ 6.720,00	R\$ 0,00
1.2.7	CAMISSETAS EM PV MARINHO P/ TREINO IMP. LOGO CMP 1X1 FIC - COMISSÃO TÉCNICA	Unidade	80	R\$ 14,00	R\$ 1.120,00	R\$ 0,00
1.2.8	CAMISAS POLO PIQUET (MISTO) - COM. TÉCNICA IMPRESSÃO LOGO CMP X1 (COSTAS) p competição - deslocamento	Unidade	80	R\$ 38,00	R\$ 3.040,00	R\$ 0,00
1.2.9	CALÇÕES EM POLIÉSTER (DRY) IMPRESSÃO LOGO CMP 1 COR/ PARA TREINO	Unidade	420	R\$ 18,00	R\$ 7.560,00	R\$ 0,00
1.2.10	BERMUDAS EM MICROF. NA COR MARINHO P/ COM. TÉCNICA IMP. LOGO CMP COLORIDA	Unidade	40	R\$ 40,00	R\$ 1.600,00	R\$ 0,00

CBC
Folha 352
Rubrica

1.2.11	14 - NIS COM COM 5 JOGOS UNIFORMES DE JOGO EM 2 CORES NUMERADOS F/C, LOGO CMP TEC. POLIÉSTER C/ TRAT. DRY (cada jogo contém 1 CAMISAS E 1 CALÇÕES PARA JOGO) CAMISAS POLO EM TECIDO PIQUET (MISTO) - IMPRG. LOGO CMP X 1 (COSTAS) P/ COMPETIÇÃO - deslucamento)	Unidade	28	R\$ 1.150,00	R\$ 32.200,00	R\$ 0,00
1.2.12	SACOS PARA KIT DE UNIFORMES TEC POLIÉSTER C/ ALÇAS LOGO CMP 1 COR	Unidade	14	R\$ 80,00	R\$ 1.120,00	R\$ 0,00
1.2.13	MOCHILAS 1 COR EM NYLON 2 DIV / 1 BOLSO , LOGO CMP 1 COR	Unidade	205	R\$ 50,00	R\$ 10.250,00	R\$ 0,00
1.2.14	COLETES EM 100% POLIÉSTER SERIGRAFIA LOGO CMP 1 COR (basquete)	Unidade	77	R\$ 13,00	R\$ 1.001,00	R\$ 0,00
1.2.15	BOLSAS EM NYLON 1 COR , IMPRESSÃO CMP 1 COR	Unidade	205	R\$ 58,00	R\$ 11.890,00	R\$ 0,00
1.2.16						
B. TOTAL PARCIAL:					R\$ 151.951,00	R\$ 0,00
TOTAL GERAL (A+B):					R\$ 228.553,50	R\$ 0,00

Autenticação

25/03/2015
DATA

Ten. Cel. Sérgio Cooper de Almeida
Presidente - Círculo Militar do Parana
CMP

Sérgio Cooper de Almeida
Presidente do Círculo Militar do Parana

[Handwritten signature]

353
Folha
[Handwritten signature]

**PLANO DE TRABALHO
DETALHAMENTO DA AÇÃO POR MODALIDADE (ANEXO VI)**

1. Nome do Clube: Clube Militar do Paraná

2. Exercício: 2015 até 2016

EQUIPAMENTOS DE USO COMUM

ETAPA	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE (unidade, par ou kit)	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	
					Concedente	Proponente
3.	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE USO COMUM					
3.1	Leg Press 45° tubular	Unidade	1	R\$ 10.900,00	R\$ 10.900,00	
3.2	Máquina Extensora para membros inferiores	Unidade	1	R\$ 10.800,00	R\$ 10.800,00	
3.3	Máquina Flexora para membros inferiores (sentado)	Unidade	1	R\$ 12.075,00	R\$ 12.075,00	
3.4	Banco Adutor/Abdutor	Unidade	2	R\$ 10.990,00	R\$ 21.980,00	
3.5	Máquina para glúteo vertical	Unidade	1	R\$ 10.800,00	R\$ 10.800,00	
3.6	Banco regulável de 0° a 90°	Unidade	1	R\$ 1.950,00	R\$ 1.950,00	
3.7	Banco horizontal simples	Unidade	1	R\$ 1.290,00	R\$ 1.290,00	
3.8	Banco horizontal para supino	Unidade	1	R\$ 2.800,00	R\$ 2.800,00	
3.9	Banco inclinado para supino	Unidade	1	R\$ 2.800,00	R\$ 2.800,00	
3.10	Multexercitador tubular (smith)	Unidade	1	R\$ 9.990,00	R\$ 9.990,00	
3.11	Hack Machine tubular com inclinação de 45°	Unidade	1	R\$ 10.590,00	R\$ 10.590,00	
3.12	Suporte tipo gaiola para Agachamento	Unidade	1	R\$ 3.200,00	R\$ 3.200,00	
3.13	Cross Over Angular	Unidade	1	R\$ 13.125,00	R\$ 13.125,00	
3.14	Elíptico Eletromagnético	Unidade	1	R\$ 8.190,00	R\$ 8.190,00	
3.15	Dorsal 45	Unidade	1	R\$ 1.600,00	R\$ 1.600,00	
3.16	Bicicleta Eletromagnética vertical R510 VT	Unidade	2	R\$ 5.990,00	R\$ 11.980,00	
3.17	Bicicleta Horizontal R 529 HZ	Unidade	1	R\$ 6.965,00	R\$ 6.965,00	
3.18	Maquina de gelo para tratamento medico	Unidade	1	R\$ 4.800,00	R\$ 4.800,00	

354
 Folha
 Rubrica

Sérgio Cooper da Almeida
 Presidente do CMP

<p>3.19</p> <p>Piso Assaio Garapeira com 7cm de largura 17mm espessura comprimentos de 0,30 A 2,10cm TG A (encaixe nos 4 lados) seco estufa tipo exportação, cola grampo e lixas</p> <p>SENDO UTILIZADO PARA COMPOR O MATERIAL JUNTO AO PISO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lona plástica com 100 metros • Pastilhas de borracha tipo EPDM 30X30 • Chapas de compensado fendido com 12mm de espessura (naval) • Barrões 2x4 comprimentos variados em madeira nobre • Selador para fundo do verniz com duas de mãos • Verniz brilhante tipo poliuretano mono componente com uma de mão • Tinta poliâmida bi componente epóxi 	metros	700 metros	R\$ 135.561,00	R\$ 135.561,00	
---	--------	------------	----------------	----------------	---

Autenticação

25/03/2015

DATA

Ten. Cel. Sérgio Cooper de Almeida
 Presidente - Circulo Militar do Paranaíba

Sérgio Cooper de Almeida
 Presidente do CIM

Aluis

R\$ 281.296,00

R\$ 0,00



PLANO DE TRABALHO
DETALHAMENTO DA AÇÃO POR MODALIDADE (ANEXO V)

1. Nome do Clube Círculo Militar do Paraná

2. Exercício: 2015 até 2016

MODALIDADE: VOLEIBOL MASCULINO - VOLEIBOL FEMININO - BASQUETEBOL

ETAPA	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE (unidade, par ou kg)	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	
					Concedente	Proponente
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS						
2						
2.1	Carrinho retrátil para transportar materiais - Carrinho dobrável, equipado com rodas, confeccionado em alumínio, com capacidade para transportar entre 20 e 25 bolas.	Unidade	10	R\$ 480,00	R\$ 4.800,00	R\$ 0,00
2.2	Bomba de encher bolas - com dupla ação no enchimento da bola, bico todo em metal, com prolongamento do bico em material flexível.	Unidade	6	R\$ 19,00	R\$ 96,00	R\$ 0,00
2.3	Cinto de Tração Duplo - Cinturão confeccionado em E.V.A. acolchoado que não encharca, com fivela ajustável e velcro, com perímetro de mínimo - 0,74m / máximo - 1,10m. Sistema fácil de troca de elásticos que possibilita uma progressão contínua do trabalho.	Unidade	15	R\$ 119,00	R\$ 1.785,00	R\$ 0,00
2.4	Aro de bambolé	Unidade	60	R\$ 3,90	R\$ 175,00	R\$ 0,00
2.5	Cofre 1,00x0,60x0,03cm facpuna	Unidade	40	R\$ 22,00	R\$ 880,00	R\$ 0,00
2.6	Saco pl material marcaçã Hojo	Unidade	20	R\$ 55,00	R\$ 1.100,00	R\$ 0,00
2.7	Placar eletrônico poliesportivo 2,00x1,00 c/ jornal eletrônico	Unidade	3	R\$ 5.660,00	R\$ 16.980,00	R\$ 0,00
2.8	Placar eletrônico poliesportivo 3,00x1,25 c/ jornal eletrônico	Unidade	2	R\$ 9.790,00	R\$ 19.580,00	R\$ 0,00
2.9	Tabuleta de Basquete móvel, com acionamento eletrônico, com vidros temperados, aro retrátil, espuma protetora contra impacto, com medidas oficiais da Confederação Brasileira de Basquetebol.	Par	1	R\$ 31.950,00	R\$ 31.950,00	R\$ 0,00

TOTAL GERAL:

R\$ 77.315,00

R\$ 0,00

Autenticação

25/03/2015

DATA

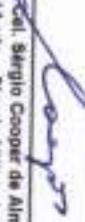
Ten. Cel. Sérgio Cooper de Almeida
Presidente - Círculo Militar do Paraná





PLANO DE TRABALHO
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO (ANEXO VII)

Cronograma de Desembolso - 2015		Cronograma de Desembolso - 2015																
Etapas	Participa	Parcelas (R\$)												Total				
		Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov					
1, 2 e 3	Concedente				R\$ 897.184,50													R\$ 897.184,50
	Total																	
Vigência		12 meses																
Autenticação																		
23/03/2015 DATA																		


 Ten Cel. Sérgio Cooper de Almeida
 Presidente - Circuito Militar de Minas
 Sérgio Cooper
 Presidente do CMP



